

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.564 - SP (2019/0231816-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**SUSCITANTE** : API SPE39 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE  
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : FERNANDO ROGÉRIO PELUSO E OUTRO(S) - SP207679  
PRISCILA SCHWETER NAKAGOMI - SP297971  
BETÂNIA NUNES DE LIMA - SP402308  
LARISSA BARONE CRUZ - SP402735  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E  
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE  
- MS  
**INTERES.** : ALESSANDRO PEREIRA PARDIM

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por API SPE39 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE - MS, no qual tramita a reclamação trabalhista nº 0001331-60.2013.5.24.0004 movida por ALESSANDRO PEREIRA PARDIM.

Afirma a suscitante que, embora estivesse em trâmite perante o Juízo Paulistano sua recuperação judicial, o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Campo Grande - MS determinou o prosseguimento da execução.

Ressalta, ainda, que as questões tendentes a afetar o seu patrimônio devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requer, assim, a concessão de medida liminar para determinar o sobrestamento da execução indicada, bem como para designar, em caráter provisório, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, em que é processada a recuperação judicial, para

# Superior Tribunal de Justiça

decidir acerca das medidas urgentes.

Pleiteia, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação judicial para decidir acerca de eventuais atos executórios contra a recuperanda.

Deferido o pedido liminar, foi sobrestada a execução, designando-se, temporariamente, o juízo da recuperação para decidir sobre as medidas urgentes.

Expedidos ofícios aos suscitados, foram prestadas as devidas informações pelos juízos suscitados.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 1454/1458 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Considerando as informações de fls. 1.445/1.451 (e-STJ) enviadas pelo juízo trabalhista, esclarecendo que *"(...) o procedimento restritivo de bens da empresa API SPE39 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, em Recuperação Judicial, realizado no proc. n. 0001331-60.2013.5.24.0004, ocorreu por erro de procedimento da Secretaria desta unidade, uma vez que não houve ordem judicial nesse sentido"*, bem assim que *"(...) o erro foi corrigido nos autos principais mediante cancelamento da indisponibilidade, através do CNIB, dos imóveis da empresa suscitante"*, deve-se extinguir o presente conflito.

**Ante o exposto, julgo extinto o presente conflito de competência por perda superveniente de objeto.**

Expeçam-se ofícios aos Juízos envolvidos no conflito, com cópia da decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator